



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS
PARTICIPAÇÃO AMPLA**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026

PROCESSO N° 13/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

LOCAL: WWW.BLL.ORG.BR

FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/06/2026 às 9h

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 14/07/2026 às 9h

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 14/07/2026 às 9h

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 14/07/2026 às 13h30min

SISTEMA: BLL COMPRAS

MODO DE DISPUTA: ABERTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 128.772,29

BLL TELEFONE DE CONTATO: (41) 3097-4600 WHATSAPP (41) 3149-9300

Torna-se público que a Câmara Municipal de Itupeva, por meio seu Presidente Sr. Marco Antonio Marchi, sediada Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli, nº 725, Desmembramento Santa Clara, Itupeva/SP – CEP: 13.295-504, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, da Resolução nº 210, de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação cuida da aquisição de equipamentos e periféricos de tecnologia da informação, com fornecimento único, destinados à utilização na Câmara Municipal de Itupeva, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. **Cotas para ME/EPP.** Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a adjudicação dos **itens IV, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX** serão cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (**Anexo I**).

1.3. Os **itens I, II, III, V e VI** serão de **participação ampla**, podendo concorrer empresas de qualquer porte.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade compatíveis ao objeto desta licitação, que atenderem às exigências de habilitação em atividade compatível com o seu objeto, que estiverem previamente credenciados no Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS, no endereço <https://bll.org.br/>.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. O credenciamento dos representantes que atuarão em nome do licitante no sistema e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.

2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

2.7. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente



público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. agente público da Câmara Municipal de Itupeva;

2.7.7. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.8. empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;

2.7.9. empresas que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

2.7.10. empresas que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7.11.1. A vedação de participação de agente público da Câmara Municipal de Itupeva de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

3.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS no endereço eletrônico <https://bll.org.br/> na opção “licitações – cadastro de proposta”.

4.1.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

4.1.2. O acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



4.2.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1.1. valor unitário e total;

4.2.1.2. Marca e modelo.

4.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.6.1. A classificação da proposta será efetuada pelo MENOR PREÇO, sendo classificado pelo Pregoeiro o proponente que apresentar proposta com MENOR PREÇO UNITÁRIO.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário**.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser sobre o valor unitário, conforme abaixo:

Item	Valor
1	R\$ 50,00
2	R\$ 30,00
3	R\$ 30,00



4	R\$ 10,00
5	R\$ 20,00
6	R\$ 10,00
7	R\$ 0,50
8	R\$ 2,00
9	R\$ 5,00
10	R\$ 1,00
11	R\$ 1,00
12	R\$ 0,90
13	R\$ 0,40
14	R\$ 0,50
15	R\$ 30,00
16	R\$ 20,00
17	R\$ 1,00
18	R\$ 0,30
19	R\$ 1,00

5.13. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.

5.14. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17 Os preços deverão ser ofertados em moeda corrente nacional, admitindo-se no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, utilizando-se a regra de arredondamento, se necessário desde que não ultrapasse o valor ofertado no lance.

5.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



5.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21 Sempre que houver pertinência conforme o tipo de objeto em disputa, com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de tantos lotes quanto entender necessários da mesma licitação.

5.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da lei complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo decreto nº 8.538, de 2015.

5.23.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.23.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior poderá apresentar proposta final para fins de desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da proposta então classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado da convocação automática realizada pelo sistema eletrônico.

5.23.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 O sistema eletrônico estará programado para promover, automaticamente, aos participantes que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que o licitante, no momento de cadastro de sua proposta, indique, em campo próprio do sistema, sua condição.

5.25 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele, nesta ordem:

5.25.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.25.1.2 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.



5.25.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2.2 empresas brasileiras;

5.25.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.26 Esgotadas os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será adotado o sorteio.

5.27 O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.29 O critério de julgamento adotado será o de menor preço unitário, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.30 Na mesma sessão pública, o Pregoeiro requisitará à licitante detentora da melhor oferta que encaminhe, pelo campo próprio do sistema, a planilha de proposta detalhada — elaborada conforme o modelo do **Anexo II** deste Edital — contendo os valores derivados do valor unitário e global final apurado no certame.

5.30.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.30.2 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, mediante solicitação do Pregoeiro, no prazo fixado no edital, catálogos, manuais, fichas técnicas, datasheets ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante, que comprovem o atendimento integral das especificações constantes do Termo de Referência.

5.30.3 A documentação deverá identificar claramente a marca e o modelo ofertados, permitindo a verificação objetiva das características exigidas.

5.30.4 Verificado o não atendimento das especificações ou a impossibilidade de sua comprovação, a proposta será desclassificada, procedendo-se à análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação.



5.30.5 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.30.6 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.31 Será desclassificada a proposta que:

5.31.1 contiver vícios insanáveis;

5.31.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

5.31.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.31.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.31.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.32 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.33 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

5.33.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.33.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.34 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, encaminhe, por meio do campo específico do Sistema, a proposta ajustada ao último lance ofertado após eventual negociação, acompanhada, se necessário, de documentos complementares destinados à comprovação das exigências previstas neste Edital.

5.35 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.36 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.37 Direito de preferência em licitações com COTAS:



5.37.1 Direito de preferência para licitação onde todos os itens contemplam COTA PRINCIPAL e COTA RESERVADA:

5.37.1.1 Quando o(s) item(ns) for(em) dividido(s) em cotas (Principal e Reservada), fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item, denominada Cota Reservada, assegurada preferência de contratação para as Beneficiárias e neste caso deverá ser observado o seguinte:

a) para a cota reservada, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal.

b) não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

b.1.) No caso acima, para efetiva atribuição da cota reservada ao vencedor da cota principal, o pregoeiro indagará a licitante quanto ao interesse em sessão pública do sistema e/ou através de diligência, sendo que a ausência de resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, será entendida como aceite e a cota será automaticamente atribuída.

c) se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

d) para item que contemple cota reservada e principal será dada prioridade à aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

e) na hipótese da licitante ter apresentado proposta para ambas as cotas (principal e reservada) num mesmo item, se ela for chamada numa das cotas e não apresentar a amostra e/ou os documentos técnicos solicitados no Edital no prazo concedido, bem como não ter o produto aprovado, fica esclarecido que a proposta será desclassificada do certame como um todo em relação ao item em questão, não podendo o licitante participar dos procedimentos da outra cota.

5.37.2 Direito de preferência para licitação que possui itens exclusivos para a participação de beneficiárias e itens destinados à ampla participação.

5.37.2.1 Quando o item for exclusivo para participação de beneficiária, será denominado Cota Reservada, e neste caso deverá ser observado o seguinte:

a) serão reservados um ou mais itens, que representem até 25% (vinte e cinco por cento) do total do objeto, denominados de "cota reservada" para exclusiva participação de Beneficiárias;

b) não havendo vencedor para a cota reservada, esta será considerada fracassada.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Encerradas as etapas de negociação e aceitação, terá início a fase de habilitação, ocasião em que será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar o comando para inserção dos documentos de habilitação no Sistema. O prazo para o envio dos



documentos exigidos neste Edital será de 2 (duas) horas, contadas a partir do envio da mensagem que comunica a liberação do referido comando, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento.

6.2. O pregoeiro poderá verificar as condições de habilitação do detentor da proposta de menor preço junto ao SICAF e em pesquisa à rede mundial de computadores, buscando verificar as condições de habilitação estabelecidas no Edital.

6.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação pregoeiro.

6.3. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 210/2024, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>). Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para comprovar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante classificado em primeiro lugar para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do pregão.

6.6. Habilitação Jurídica

6.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

6.6.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



6.6.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

6.6.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

6.6.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

6.6.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.7. Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

6.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

6.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.7.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

6.7.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

6.7.6.1. A regularidade perante a Fazenda Estadual deverá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos débitos inscritos em Dívida Ativa. Para licitantes estabelecidos no Estado de São Paulo, a certidão poderá ser obtida junto à Procuradoria Geral do Estado, por



meio do endereço eletrônico da Dívida Ativa. Para licitantes sediados em outras unidades da Federação, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente do respectivo Estado.

6.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.8. Qualificação Econômico-Financeira

6.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

6.9. Declarações e outras comprovações

6.9.1. Declaração Unificada (**Anexo III.1**);

6.9.2. Declaração com os dados cadastrais do licitante vencedor (**Anexo III.2**);

6.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS.

6.10.1. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante a Diretoria Administrativa, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no § 1º do art. 34 do Ato nº 713/2025.

6.12. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

6.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

6.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

6.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



6.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.18. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.19. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

7.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

7.3.1. O tempo para manifestação da intenção de recurso será de 30 (trinta) minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

8.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

9. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

9.1. A contratação decorrente deste certame será formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho ou a celebração de Contrato Administrativo, conforme a natureza e as características da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal nº 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

9.3. Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

9.4. Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á à Administração o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Para os itens 2 e 3, a contratação será formalizada mediante Contrato Administrativo, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura. Para os demais itens, o instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, cuja vigência será de 60 (sessenta) dias, contados de sua emissão.

9.7. Fica vedada a subcontratação.

9.8. Para assinatura do contrato, não será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES



10.1. O fornecimento será realizado por item, de forma integral e em remessa única, não sendo admitida a entrega parcial das quantidades contratadas.

10.2. O prazo de entrega para o Item 01 (Workstation Móvel – Notebook) será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento pela CONTRATADA.

10.3. Para os demais itens, o prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento pela CONTRATADA.

10.4. A Solicitação de Fornecimento será encaminhada preferencialmente por correio eletrônico (e-mail), iniciando-se a contagem do prazo de entrega a partir de seu efetivo recebimento.

10.5. Caso não seja possível realizar a entrega no prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE as razões do atraso com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data prevista para entrega, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

10.6. Os objetos deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal, em dias úteis, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, na sede da Câmara Municipal de Itupeva, localizada na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli, nº 725, Desmembramento Santa Clara, CEP 13295-504, Itupeva/SP.

10.7. Todos os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em suas embalagens originais lacradas, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, reconicionados, remanufaturados, reutilizados ou que tenham sofrido qualquer tipo de adaptação ou modificação.

10.8. No ato da entrega, os bens serão recebidos provisoriamente, juntamente com a Nota Fiscal, para posterior conferência e verificação de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada.

10.9. Os equipamentos deverão ser entregues sem qualquer indício de violação, abertura ou intervenção física prévia, inclusive com lacres íntegros, quando aplicáveis, sob pena de recusa do recebimento.

10.10. Quando exigida garantia do fabricante, a CONTRATANTE poderá realizar consulta por meio do número de série dos equipamentos para verificar a efetiva cobertura e o respectivo prazo de garantia, podendo recusar o recebimento caso as condições exigidas não sejam comprovadas.

10.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência ou da proposta apresentada, devendo ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



10.12. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens entregues.

11. DO PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante transferência eletrônica para conta corrente de titularidade da CONTRATADA mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, conforme dados previamente informados, ou, alternativamente, por meio de boleto bancário ou PIX.

11.2. O pagamento ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observadas as condições e prazos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém todos os elementos essenciais, tais como:

- I – data de emissão e prazo de validade, se houver;
- II – dados completos da CONTRATADA e da CONTRATANTE;
- III – período de execução contratual a que se refere;
- IV – valor a pagar e eventuais retenções tributárias cabíveis.

11.4. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação dos documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Havendo erro na documentação fiscal ou inconsistência na execução do objeto, a liquidação ficará suspensa até a completa regularização pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, reiniciando-se o prazo de pagamento após a comprovação da correção.

11.6. Em caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data efetiva da quitação, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11.7. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observando-se que a CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos pelo regime, desde que apresente documentação comprobatória da opção.

11.8. Não haverá reajuste de preços, por se tratar de fornecimento imediato e parcela única, com prazo de vigência contratual de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da Nota de Empenho.



12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021 e Ato nº 713, de 2025, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e



12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021 e do Ato nº 713/2025.

12.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://www.itupeva.sp.leg.br>) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste órgão (<https://www.itupeva.sp.leg.br>), bem como, no site de realização deste certame, (<https://www.bll.org.br>), para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

13.4. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados na forma eletrônica, via Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS (<https://www.bll.org.br>) e em sítio eletrônico oficial (<https://www.itupeva.sp.leg.br>).

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. O Manual de operações da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS encontra-se disponível aos interessados no Portal www.bll.or.br.

14.10. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.bll.org.br.

14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itupeva.sp.leg.br.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.13.2. ANEXO II - Modelo de Planilha de Proposta;

14.13.3. ANEXO III – Modelos de Declarações;

14.13.4. ANEXO IV - Sanções e Penalidades;

14.13.5. ANEXO V – Minuta de Contrato;

14.13.6. ANEXO VI - Termo de Ciência e Notificação.

Itupeva, 18 de junho de 2026

MARCO ANTONIO MARCHI
PRESIDENTE



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 13/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e periféricos de tecnologia da informação, com fornecimento único, destinados à utilização na Câmara Municipal de Itupeva, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Os equipamentos deverão ser entregues em estrita conformidade com as descrições técnicas constantes neste termo de referência.

2.2. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o código CATMAT mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste Termo de Referência e o código CATMAT, deve prevalecer o estabelecido neste documento.

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	U.M.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Workstation Móvel - Notebook (CATMAT 609382) Modelo Referência: Positivo Master N8450, equivalente ou similar.	Unidade	10	R\$ 5.839,55	R\$ 58.395,50
2	Impressora Laser – Monocromática (CATMAT 462842) Modelo Referência: HP Laserjet Pro M428fdw, equivalente ou similar.	Unidade	05	R\$ 3.034,41	R\$ 15.172,05
3	Impressora Laser – Colorida (CATMAT 615988) Modelo Referência: HP LaserJet Pro M479fdw, equivalente ou similar.	Unidade	01	R\$ 3.972,65	R\$ 3.972,65
4	Impressora de etiquetas térmica (CATMAT 632864) Modelo Referência: Brother QL800, equivalente ou similar.	Unidade	08	R\$ 1.040,00	R\$ 8.320,00
5	Scanner de mesa (ADF) (CATMAT 630258) Modelo Referência: Brother ADS-3100 Duplex, equivalente ou similar.	Unidade	03	R\$ 2.692,76	R\$ 8.078,28
6	Monitor 24" Full HD (CATMAT 625673) Modelo Referência: Dell P2425HE, equivalente ou similar.	Unidade	08	R\$ 1.599,00	R\$ 12.792,00
7	Mouse com fio (CATMAT 451822) Modelo Referência: HP 100 Classic; Logitech M100; equivalente ou similar.	Unidade	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
8	Fone de ouvido com microfone (CATMAT 318266)	Unidade	20	R\$ 210,50	R\$ 4.210,00



ITEM	DESCRIÇÃO (*)	U.M.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	Modelo Referência: ; Havit HV-H2002D; Redragon H510-LT, equivalente ou similar.				
9	Webcam USB Full HD (CATMAT 474995) Modelo Referência: Logitech C925E; Logitech C922, equivalente ou similar.	Unidade	04	R\$ 593,00	R\$ 2.372,00
10	HUB USB (CATMAT 320528) Modelo Referência: Hub USB-C Goldentec 7 em 1, equivalente ou similar.	Unidade	02	R\$ 107,25	R\$ 214,50
11	Pen drive 128GB (CATMAT 627327) Modelo Referência: Kingston DataTraveler Exodia DTX 128GB 3.2, equivalente ou similar.	Unidade	05	R\$ 116,00	R\$ 580,00
12	Caixa de som USB (CATMAT 268749) Modelo Referência: Logitech S150, equivalente ou similar.	Unidade	20	R\$ 97,50	R\$ 1.950,00
13	Mouse Pad (CATMAT 629169) Modelo Referência: Fortrek MPG102; Dex RY-80M, equivalente ou similar.	Unidade	20	R\$ 40,62	R\$ 812,40
14	Suporte para notebook (CATMAT 602089) Modelo Referência: Fortrek FK651S, equivalente ou similar.	Unidade	14	R\$ 60,00	R\$ 840,00
15	Fragmentadora de papel (CATMAT 607689) Modelo Referência: Tilibra 150X, equivalente ou similar.	Unidade	01	R\$ 3.424,30	R\$ 3.424,30
16	Leitor Facial com suporte (CATMAT 443453) Modelo Referência: Intelbras SS 3532 MF W + SC 3000 UN, equivalente ou similar.	Unidade	02	R\$ 2.022,16	R\$ 4.044,32
17	Adaptador Wi-Fi USB (CATMAT 429353) Modelo Referência: TP-Link Archer TX20U Nano, equivalente ou similar.	Unidade	05	R\$ 163,75	R\$ 818,75
18	Álcool Isopropílico (CATMAT 382615)	Litro	02	R\$ 38,07	R\$ 76,14
19	Cabo adaptador USB-C/DP (CATMAT 451860) Modelo Referência: Ugreen SKU: 5648, equivalente ou similar.	Unidade	12	R\$ 99,95	R\$ 1.199,40

2.3. Características técnicas mínimas:

2.3.1. Item 01: Workstation Móvel – Notebook



- a) Microcomputador portátil do tipo Notebook com monitor LCD/LED integrado. O equipamento, incluindo seus componentes deve estar em linha de produção, não sendo aceitos componentes descontinuados.
- b) Display de 14" com resolução Full HD (1920 x 1080).
- c) Memória RAM de 16GB DDR5 de no mínimo 4800MT/s, com capacidade de expansão para até 2 módulos de memória.
- d) Armazenamento de 1TB, padrão NVMe, com memória NAND 3D TLC, PCI Gen4 x4 (ou superior) com velocidades de leitura e gravação mínimas de 5000MB/s.
- e) Processador com litografia de no máximo 7 nm (ou tecnologia equivalente ou superior), com no mínimo 10 (dez) núcleos físicos e 16 (dezesseis) threads. Em caso de tecnologia híbrida (big.LITTLE), deve possuir no mínimo 4 (quatro) núcleos de performance e no mínimo 8 (oito) núcleos de eficiência. Deve possuir frequência máxima em modo turbo (boost ou equivalente) de, no mínimo, 4,6 GHz, memória cache de último nível (L3 ou equivalente) de no mínimo 18 MB e controladora gráfica integrada ao processador.
- f) Arquitetura: x86-64 com suporte nativo a instruções de 32 e 64 bits, não sendo aceitas soluções baseadas em emulação, tradução ou compatibilidade indireta.
- g) Sistema operacional Windows 11 Pro em português com licenciamento OEM pré-instalado e vinculado ao hardware.
- h) Chip de criptografia "Trusted Platform Module" (TPM) 2.0 ou superior, não serão aceitas soluções baseadas em SW e/ou firmware;
- i) Bateria de lítio de 3 células e mínimo de 45Wh de autonomia.
- j) Compatibilidade com padrões de conexão de rede IEEE 802.3u/ab e IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax além de conectividade sem fio Bluetooth 5 ou superior.
- k) Compatibilidade com padrão de conexão de vídeo de alta definição DisplayPort (via USB-C DP Alt Mode e tecnologia MST).
- l) Portas de conexão: Pelo menos 2 (duas) portas USB-C Thunderbolt (compatíveis com saída de vídeo DisplayPort e carregamento da bateria.), 2 (duas) portas USB 3.2 (ou superior), 1 (uma) porta HDMI 2.1 (ou superior), 1 (uma) porta RJ-45, 1 (uma) porta P2 compatível com entrada e saída de áudio TRRS.
- m) Câmera de vídeo integrada com resolução mínima de 1080p (Full HD), cortina de privacidade e microfone com cancelamento de ruído integrado.
- n) Teclado padrão ABNT2 com indicador visual de tecla Fixa ativa (Caps Lock).
- o) Touchpad integrado, com 2 botões e suporte a múltiplos toques/gestos.
- p) Alto-falante estéreo integrado, com potência mínima de 4W.
- q) Deve permitir upgrade de hardware (armazenamento e memória).
- r) Com Manual, Fonte Bivolt e cabo de alimentação (Padrão NBR 14136 2P + T).
- s) Garantia do equipamento com atendimento on-site de 36 meses pela fabricante ou rede autorizada a partir da data de recebimento do objeto.
- t) Os equipamentos devem estar em conformidade com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), utilizando materiais que não prejudicam o meio ambiente. A conformidade deve ser comprovada por um Certificado de Conformidade com a diretiva RoHS, um Certificado de Rotulagem Ambiental da



ABNT, um certificado de organismo acreditado pelo Cgcre (INMETRO), ou uma autodeclaração do fabricante.

- u) O fabricante deve possuir a certificação de que está em conformidade com um programa de gestão ambiental eficaz como ISO 14001 ou equivalente.
- v) Os equipamentos devem possuir a Certificação de Rótulo Ecológico EPEAT™ GOLD ou equivalente, que atesta a aderência a programas de sustentabilidade e minimiza o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do equipamento.
- w) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens reconicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.

2.3.2. **Item 02: Impressora Laser – Monocromática**

- a) Multifuncional laser monocromática com funções de impressão, cópia e digitalização.
- b) Velocidade mínima de impressão de 40 páginas por minuto (ppm) em preto.
- c) Resolução mínima de impressão de 1200 x 1200 dpi.
- d) Processador com frequência mínima de 1200 MHz e memória mínima de 512 MB.
- e) Ciclo de trabalho mensal mínimo de 80.000 páginas.
- f) Painel com tela touchscreen colorida de no mínimo 2,7 polegadas.
- g) Suporte a impressão protegida por senha.
- h) Suporte a papéis com tamanho até 21,6 x 35,6 cm (Ofício).
- i) Capacidade mínima de entrada de papel de 250 folhas, bandeja multiuso com capacidade mínima de 100 folhas e alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 50 folhas.
- j) Capacidade mínima de saída de 150 folhas.
- k) Resolução mínima de digitalização de 1200 x 1200 dpi.
- l) Função de cópia com ampliação e redução na faixa de 25% a 400%.
- m) Interfaces de comunicação: 01 porta USB 2.0, 01 porta USB Host, 01 interface Ethernet Gigabit (10/100/1000 Mbps) e conectividade sem fio padrão Wi-Fi (802.11 b/g/n).
- n) Suporte a impressão duplex automática e digitalização/cópia duplex em passagem única (single pass).
- o) Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux.
- p) Fornecida com softwares de utilização e drivers de instalação.
- q) Acompanhada de manual técnico de instalação e operação em português.
- r) Acompanhada de cabo de alimentação padrão NBR 14136 (2P + T), cabo de comunicação USB e cartucho de toner inicial.
- s) O aparelho deve ser compatível com rede elétrica 220V da contratante ou vir acompanhado de transformador de potência adequado ao equipamento.



- t) A potência do transformador deverá ser compatível com a potência máxima nominal da impressora ofertada, observada margem técnica adequada para operação segura do equipamento.
- u) Garantia do equipamento com atendimento on-site de 12 (doze) meses pela fabricante ou rede autorizada a partir da data de recebimento do objeto.
- v) Garantia adicional de 24 (vinte e quatro) meses pela contratada, com atendimento on-site, a partir do término da garantia original do fabricante.
- w) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.

2.3.3. **Item 03: Impressora Laser – Colorida**

- a) Multifuncional laser colorida com funções de impressão, cópia e digitalização.
- b) Velocidade mínima de impressão de 28 páginas por minuto (ppm) em preto e 27 páginas por minuto (ppm) em cores.
- c) Resolução mínima de impressão de 600 x 600 dpi (preto e cores).
- d) Processador com frequência mínima de 1200 MHz e memória interna mínima de 512 MB.
- e) Ciclo de trabalho mensal mínimo de 50.000 páginas.
- f) Pannel com tela touchscreen colorida de no mínimo 4,3 polegadas.
- g) Suporte a impressão protegida por senha.
- h) Suporte a papéis com tamanho até 21,6 x 35,6 cm (Ofício).
- i) Capacidade mínima de entrada de papel de 250 folhas, bandeja multiuso com capacidade mínima de 50 folhas e alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 50 folhas.
- j) Capacidade mínima de saída de 150 folhas.
- k) Resolução mínima de digitalização de 1200 x 1200 dpi.
- l) Função de cópia com ampliação e redução na faixa de 25% a 400%.
- m) Interfaces de comunicação: 01 porta USB 2.0, 01 porta USB Host, 01 interface Ethernet Gigabit (10/100/1000 Mbps) e conectividade sem fio padrão Wi-Fi (802.11 b/g/n).
- n) Suporte a impressão duplex automática e digitalização/cópia duplex em passagem única (single pass).
- o) Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux.
- p) Fornecida com softwares de utilização e drivers de instalação.
- q) Acompanhada de manual técnico de instalação e operação em português.
- r) Acompanhada de cabo de alimentação padrão NBR 14136 (2P + T), cabo de comunicação USB e cartucho(s) de toner inicial(is).



- s) O aparelho deve ser compatível com rede elétrica 220V da contratante ou vir acompanhado de transformador de potência adequado ao equipamento.
- t) A potência do transformador deverá ser compatível com a potência máxima nominal da impressora ofertada, observada margem técnica adequada para operação segura do equipamento.
- u) Garantia do equipamento com atendimento on-site de 12 (doze) meses pela fabricante ou rede autorizada a partir da data de recebimento do objeto.
- v) Garantia adicional de 24 (vinte e quatro) meses pela contratada, com atendimento on-site, a partir do término da garantia original do fabricante.
- w) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.

2.3.4. **Item 04: Impressora de etiquetas térmica**

- a) Impressora térmica para impressão de etiquetas, utilizando tecnologia de impressão térmica direta.
- b) Largura mínima de impressão de 62 mm.
- c) Velocidade mínima de impressão de 93 etiquetas por minuto.
- d) Resolução mínima de impressão de 600 dpi.
- e) Compatível com linguagem de programação EPL2.
- f) Interface de comunicação: 01 porta USB tipo B.
- g) Memória mínima: 512 KB de RAM e 512 KB de memória Flash.
- h) Suporte aos seguintes códigos de barras: Code 39, Code 128, UCC/EAN-128 (GS1-128), ITF (Interleaved 2 of 5), Codabar (NW-7), UPC-A, UPC-E, EAN-13, EAN-8, ISBN-2 (EAN-13 Addon2), ISBN-5 (EAN-13 Addon5), POSTNET, RSS (RSS-14 Standard, RSS-14 Truncated, RSS Stacked Omnidirectional, RSS Limited, RSS Expanded, RSS Expanded Stacked), PDF417 (Standard, Truncated e Micro), QR Code (Model 1, Model 2 e Micro), DataMatrix (ECC Square e ECC Rectangular) e MaxiCode (Modelos 2, 3, 4 e 5).
- i) O equipamento deverá ser fornecido com manual de instalação e operação, cabos necessários ao funcionamento e mídia contendo drivers e software de instalação.
- j) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.
- k) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.



2.3.5. Item 05: Scanner de mesa – ADF

- a) Scanner para digitalização de documentos em alta velocidade, com tecnologia de sensor de imagem do tipo Dual CCD ou CIS (ou tecnologia equivalente ou superior).
- b) Equipamento com suporte à digitalização duplex (frente e verso) colorida e alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 100 folhas.
- c) Resolução óptica mínima de hardware de 600 dpi.
- d) Velocidade mínima de digitalização no formato A4 de 45 páginas por minuto (ppm) em modo simplex e 90 imagens por minuto (ipm) em modo duplex, considerando resolução de 200 dpi.
- e) Volume diário mínimo de digitalização de 4.000 documentos.
- f) Suporte a digitalização em escala de cinza com no mínimo 256 níveis (8 bits) e digitalização colorida.
- g) Interface de comunicação: 01 porta USB 2.0.
- h) Compatibilidade com drivers padrões TWAIN, ISIS, WIA.
- i) Compatibilidade com sistemas operacionais Windows (7, 8 e 10) ou versões superiores.
- j) Fornecido com software de digitalização que permita geração de arquivos nos formatos pesquisáveis e editáveis, incluindo no mínimo: PDF pesquisável, JPEG, TIFF, DOCX, RTF e BMP.
- k) Suporte à digitalização de documentos nos formatos A4, cartões, papéis comuns e documentos longos.
- l) Alimentação elétrica 220V ou bivolt automático (100–240 V, 50/60 Hz).
- m) Acompanhado de manual técnico de instalação e operação em português.
- n) Acompanhado de cabo de alimentação, cabo de comunicação USB e drivers de instalação.
- o) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.
- p) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.

2.3.6. Item 06: Monitor Full HD

- a) Display de 24” (~23.8”) com resolução Full HD (1920 x 1080).
- b) Formato Widescreen com tela anti-reflexiva.
- c) Tecnologia LED ou similar/superior.
- d) Angulo de Visão – Horizontal: 178° Vertical: 178°
- e) Dot Pitch de ~0,274 Mm;



- f) Taxa de contraste 1500:1, Tempo Resposta 5 Ms.
- g) Botão de liga/desliga, controle de ajuste digital;
- h) Base ergonômica com ajustes de inclinação, altura e rotação de 90 Graus (pivotamento);
- i) Com HUB USB-C Integrado com conexões de dados, energia, internet e vídeo.
- j) Portas de conexão: 01 entrada Display Port 1.4 (ou superior), 01 saída Display Port 1.4 (ou superior) com MST, 01 entrada HDMI 1.4 (ou superior), 04 entradas USB 3.2 (ao menos 3 do tipo A), 01 porta USB-C para upstream (com DP 1.4 Alt Mode e PD de pelo menos 65W), 01 entrada RJ45 Ethernet 1GbE;
- q) Alimentação elétrica bivolt automático (100–240 V, 50/60 Hz).
- k) Com Manual de Instalação e Operação Em português; Cabo de alimentação (Padrão NBR 14136 2P + T), Cabo DP-DP, Cabo USB 3.2 tipo C-C, Base;
- l) Garantia do equipamento com atendimento on-site de 36 meses pela fabricante a partir da data de recebimento do objeto.
- m) Os equipamentos devem estar em conformidade com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), utilizando materiais que não prejudicam o meio ambiente. A conformidade deve ser comprovada por um Certificado de Conformidade com a diretiva RoHS, um Certificado de Rotulagem Ambiental da ABNT, um certificado de organismo acreditado pelo Cgcre (INMETRO), ou uma autodeclaração do fabricante.
- n) O fabricante deve possuir a certificação de que está em conformidade com um programa de gestão ambiental eficaz como ISO 14001 ou equivalente.
- o) Os equipamentos devem possuir a Certificação de Rótulo Ecológico EPEAT™ GOLD ou equivalente, que atesta a aderência a programas de sustentabilidade e minimiza o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do equipamento.
- p) Os equipamentos deverão possuir, no mínimo, uma certificação reconhecida, como Energy Star, TCO Certified, TÜV Rheinland ou equivalente, relacionada à eficiência energética, sustentabilidade, segurança, ergonomia e impacto ambiental.
- q) Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, entregues em embalagem lacrada, sendo vedado o fornecimento de itens reconicionados, remanufaturados ou reutilizados, bem como quaisquer adaptações ou modificações. Considera-se original o equipamento integralmente produzido e homologado pelo fabricante, com componentes compatíveis e certificados, garantindo desempenho, confiabilidade e cobertura de garantia.

2.3.7. **Item 07: Mouse com fio**

- a) Dispositivo apontador do tipo mouse, com design simétrico (ambidestro), adequado para uso por destros e canhotos.
- b) Cabo com comprimento mínimo de 1,5m.
- c) Sensor de rastreamento do tipo óptico.
- d) Equipado com no mínimo 03 botões e roda de rolagem (scroll).



- e) Formato ergonômico tipo palma (Palm Grip), visando conforto para uso prolongado.
- f) Interface de conexão USB.
- g) O equipamento deverá estar em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (Ergonomia).
- h) Botões com alta durabilidade, projetados para uso contínuo.
- i) Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux, sem necessidade de instalação de drivers proprietários adicionais.
- j) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.
- k) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.

2.3.8. Item 08: Fone de ouvido com microfone

- a) Fone de ouvido tipo headset, com modelo circumaural (over-ear), proporcionando cobertura total das orelhas.
- b) Possuir microfone integrado para comunicação por voz.
- c) Possuir isolamento passivo de ruído externo, adequado para utilização em ambientes coletivos.
- d) Interface de conexão do tipo P2 TRRS (3,5 mm), com suporte a entrada e saída de áudio (fone e microfone).
- e) Cabo de conexão com comprimento mínimo de 1,5m
- f) Controle de volume integrado ao cabo ou ao corpo do dispositivo.
- g) Nível máximo de pressão sonora limitado a 85 dB, em conformidade com recomendações de saúde ocupacional.
- h) Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux, sem necessidade de instalação de drivers adicionais.
- i) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.
- j) Garantia do fabricante mínima de 06 meses.

2.3.9. Item 09: Webcam Full HD

- a) Dispositivo de captura de imagem para uso em ambientes internos, do tipo câmera (webcam) para videoconferência e aplicações similares.
- b) Ajuste manual e automático de luminosidade e contraste.
- c) Resolução de captura: 1920x1080 (Full HD), 30 fps.
- d) Campo de visão diagonal de pelo menos 78°.
- e) Sistema de fixação compatível com encaixe na parte superior de monitores.
- f) Microfone integrado estéreo.
- g) Cabo USB-A com comprimento mínimo de 1,5m
- h) Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux, sem necessidade de instalação de drivers proprietários adicionais.
- i) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.
- j) Garantia mínima de 12 meses.



2.3.10. Item 10: HUB USB

- a) Hub USB-C multifuncional para expansão de conectividade.
- b) Deve possuir no mínimo 02 portas USB-A , sendo pelo menos uma no padrão USB 3.2 para conexão de periféricos.
- c) Deve possuir no mínimo 01 saída de vídeo, compatível com padrão HDMI e/ou DisplayPort, utilizando modo alternativo (Alt Mode) via USB-C.
- d) Deve possuir 01 porta de rede Ethernet padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps).
- e) Deve possuir no mínimo 01 porta USB-C adicional, para conexão de periféricos ou fornecimento de energia (pass-through), quando aplicável.
- f) Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux, sem necessidade de instalação de drivers adicionais.
- g) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.
- h) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.

2.3.11. Item 11: Pen drive

- a) Interface USB-A 3.0 ou superior.
- b) Capacidade de armazenamento de 128GB.
- c) Em corpo plástico, tipo retrátil.
- d) Compatível com sistemas operacionais Windows, MacOS e Linux, sem necessidade de instalação de drivers adicionais.
- e) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.

2.3.12. Item 12: Caixa de som USB

- a) Caixa de som do tipo estéreo.
- b) Conexão tipo USB-A para áudio e Energia.
- c) Potência mínima de 2.4W
- d) Potência máxima de 4.8W
- e) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.
- f) Garantia do fabricante mínima de 03 meses.

2.3.13. Item 13: Mouse Pad

- a) Mouse Pad para manuseio de mouse óptico.
- b) Com base emborrachada antiderrapante
- c) Superfície de Tecido
- d) Bordas com costura anti desfiamento/descolamento
- e) Espessura mínima de 3mm
- f) Medidas mínimas de 320mm x 240mm
- g) Formato retangular



2.3.14. Item 14: Suporte para notebook

- a) Suporte para notebook portátil, modelo dobrável.
- b) Fabricado em alumínio de alta resistência.
- c) Estrutura leve, compacta e de fácil transporte.
- d) Corpo tipo vazado, com apoio nas laterais do equipamento.
- e) Sistema de regulagem de altura com, no mínimo, 5 níveis de ajuste.
- f) Base do suporte com material antiderrapante, para evitar deslizamento sobre a superfície de apoio.
- g) Superfície de contato com o notebook equipada com apoios antiderrapantes, para evitar deslocamento do equipamento durante o uso.
- h) Design que favoreça a ventilação do notebook.
- i) Compatível com notebooks de 14" e 15".
- j) Garantia do fabricante mínima de 03 meses.
- k) Formato ergonômico, proporcionando melhor posicionamento para uso prolongado.

2.3.15. Item 15: Fragmentadora de papel

- a) Fragmentadora de papel automática.
- b) Fabricada em material plástico de alta resistência.
- c) Capacidade de fragmentação de, no mínimo, 150 folhas por ciclo.
- r) Alimentação elétrica 220V ou bivolt automático (100–240 V, 50/60 Hz).
- d) Potência nominal de até 400 W.
- e) Cesto coletor de resíduos com capacidade mínima de 44 litros.
- f) Capaz de fragmentar papéis com cliques e grampos, bem como cartões de crédito e CDs.
- g) Nível de ruído máximo de 55 dB.
- h) Operação automática, com sistema de acionamento por inserção de papel.
- i) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.
- j) Acompanhado de manual de utilização, quando aplicável.

2.3.16. Item 16: Leitor facial com suporte

- a) Controlador de acesso eletrônico, de uso corporativo.
- b) Fabricado em material plástico de alta resistência.
- c) Método de autenticação facial integrado.
- d) Iluminação infravermelha para leitura em baixa luminosidade.
- e) Comunicação via interface TCP/IP e USB para gerenciamento e extração de dados.
- f) Compatibilidade com sistema Intelbras Incontrol.
- g) Alimentação elétrica compatível com tecnologia PoE.
- h) Indicação sonora e visual para confirmação de operações.



- i) Com suporte/pedestal para instalação em mesa/balcão.
- j) Garantia do fabricante mínima de 12 meses.
- k) Acompanhado de cabos, parafusos, manual e acessórios.

2.3.17. Item 17: Adaptador Wi-Fi

- a) Adaptador de rede sem fio USB
- b) Compatível com padrão Wi-Fi 6 (IEEE 802.11ax).
- c) Compatível com as bandas de 2,4 GHz e 5 GHz.
- d) Interface USB-A para conexão com computadores e notebooks.
- e) Compatível com sistemas operacionais Windows 10 e 11.
- f) Suporte a protocolos de segurança WPA, WPA2 e WPA3.
- g) Antena interna integrada ao dispositivo.
- h) Instalação do tipo plug and play ou com suporte a driver fornecido pelo fabricante.
- i) Garantia do fabricante mínima de 03 meses.

2.3.18. Item 18: Álcool isopropílico

- a) Álcool isopropílico para limpeza de equipamentos eletrônicos.
- b) Pureza mínima de 99%.
- c) Apresentação em embalagem de 1 (um) litro.
- d) Produto indicado para limpeza de componentes eletrônicos, placas de circuito e conectores.
- e) Evaporação rápida, sem deixar resíduos.
- f) Embalagem devidamente lacrada e identificada pelo fabricante.

2.3.19. Item 19: Cabo adaptador USB-C/DP

- a) Cabo adaptador de vídeo USB-C para DisplayPort.
- b) Compatível com saída de vídeo via porta USB-C com suporte a modo DisplayPort Alternate Mode (DP Alt Mode).
- c) Conector de entrada USB-C e saída DisplayPort padrão.
- d) Suporte à resolução Full HD (1920 x 1080) a 60 Hz.
- e) Compatível com notebooks, desktops e dispositivos móveis com suporte a saída de vídeo via USB-C.
- f) Construção com materiais resistentes, com conectores reforçados.
- g) Funcionamento plug and play, sem necessidade de alimentação externa.
- h) Compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros que suportem saída de vídeo via USB-C.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem por objetivo atender às demandas institucionais da Câmara Municipal no que se refere à disponibilização, modernização, substituição e



padronização de equipamentos de tecnologia da informação, elementos estes indispensáveis à continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados.

3.2. A necessidade identificada possui natureza mista, abrangendo, de forma integrada e planejada, diferentes frentes de atuação, a saber:

- a) Inicialmente, verifica-se a existência de equipamentos atualmente em uso que se encontram em estado de obsolescência tecnológica, seja em razão do tempo de utilização, seja pela incapacidade de atender de forma satisfatória às demandas operacionais contemporâneas. Tais limitações impactam diretamente o desempenho das atividades administrativas e legislativas, comprometendo a produtividade dos usuários e elevando o risco de falhas, indisponibilidades e retrabalho. Nesse contexto, torna-se necessária a substituição desses equipamentos por soluções mais atuais, capazes de garantir desempenho adequado e compatibilidade com os sistemas utilizados pela instituição.
- b) Paralelamente, a contratação contempla a estratégia de realocação de ativos de tecnologia da informação. Equipamentos considerados seminovos, ainda em condições adequadas de uso, serão redistribuídos entre os departamentos, substituindo equipamentos mais antigos ou tecnicamente defasados. Essa abordagem permite otimizar o aproveitamento dos recursos já disponíveis, promovendo maior racionalidade administrativa e economicidade, ao mesmo tempo em que eleva o nível tecnológico médio dos setores atendidos.
- c) Adicionalmente, observa-se a necessidade de adequação e evolução tecnológica em determinados setores, especialmente no que se refere às demandas de mobilidade e flexibilidade operacional. A dinâmica atual das atividades desempenhadas pelos agentes públicos passou a exigir maior capacidade de atuação fora do ambiente físico tradicional, incluindo participação em cursos, treinamentos, eventos institucionais, atividades externas e situações pontuais de trabalho remoto ou acesso remoto a sistemas corporativos. Soma-se a isso a previsão de reestruturações físicas e eventuais realocações de departamentos em razão de obras no edifício institucional, o que reforça a necessidade de adoção de soluções mais flexíveis, como computadores do tipo notebook, em substituição parcial a equipamentos fixos.
- d) Outro ponto relevante diz respeito à modernização dos recursos tecnológicos utilizados no âmbito legislativo e administrativo, incluindo equipamentos de apoio, como monitores, impressoras e periféricos diversos. A atualização desses recursos visa não apenas garantir melhor desempenho, mas também promover a padronização do parque tecnológico, facilitando a gestão, manutenção, suporte técnico e integração entre os sistemas existentes.
- e) Destaca-se, ainda, que a presente contratação também visa suprir a demanda decorrente da admissão de novos servidores oriundos de concurso público recentemente realizado, sendo necessária a disponibilização de equipamentos adequados para o pleno exercício de suas funções desde o início de suas atividades.
- f) Importa destacar que a estratégia adotada para a presente contratação prioriza a maximização da economicidade e da eficiência administrativa. Em vez de promover aquisições isoladas para cada necessidade específica, optou-se por uma abordagem



integrada, na qual a aquisição de novos equipamentos para determinados setores possibilita a realocação de equipamentos existentes para outras áreas, reduzindo a necessidade global de aquisição e, conseqüentemente, o impacto orçamentário. Tal medida está alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública.

- g) A contratação também contempla a aquisição pontual de equipamentos e acessórios de tecnologia da informação, indispensáveis ao pleno funcionamento das atividades institucionais, incluindo, mas não se limitando a monitores, dispositivos de entrada e saída, equipamentos de áudio e demais periféricos necessários ao adequado desempenho das funções dos usuários.
 - h) Ressalta-se, ainda, a necessidade de observância à compatibilidade com a infraestrutura tecnológica já existente, bem como a padronização de determinados itens, como monitores e impressoras, de modo a assegurar uniformidade operacional, facilitar processos de suporte e manutenção, e garantir maior previsibilidade na gestão dos recursos de tecnologia da informação.
 - i) Por fim, cumpre destacar que a Administração Pública possui o dever de prover os meios necessários para que seus agentes possam desempenhar suas atribuições de forma eficaz, eficiente e contínua. Nesse sentido, a presente contratação se justifica como medida essencial para assegurar condições adequadas de trabalho, promover a modernização tecnológica do ambiente institucional, aumentar a produtividade dos servidores e garantir a continuidade dos serviços prestados à população, sem prejuízo às atividades ordinárias desta Câmara Municipal.
- 3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Ato da Mesa nº 663, de 31 de janeiro de 2023.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. A solução proposta consiste na aquisição integrada de equipamentos e acessórios de tecnologia da informação, aliada à reorganização do parque tecnológico existente, com o objetivo de atender de forma eficiente às demandas institucionais da Câmara Municipal.
- 4.2. No que se refere à modernização dos recursos computacionais, será realizada a substituição dos computadores atualmente utilizados nos departamentos de Compras e Licitações, Gestão de Contratos, Controladoria e Administrativo por equipamentos do tipo notebook. Essa medida visa proporcionar maior mobilidade aos usuários desses setores, permitindo a execução de atividades tanto no ambiente interno quanto externo, em consonância com as necessidades do Órgão.
- 4.3. Os computadores atualmente utilizados nesses departamentos, desde que ainda apresentem condições adequadas de uso, serão realocados para outros setores que utilizam equipamentos mais antigos ou com menor capacidade de processamento, tais como Recursos Humanos, Almoxarifado, Ouvidoria, Recepção e, de forma pontual, gabinetes de vereadores. Essa estratégia possibilita a otimização do uso dos recursos existentes, promovendo a elevação do nível tecnológico médio dos equipamentos em uso sem a necessidade de aquisição integral para todos os setores.



- 4.4. No âmbito das atividades legislativas, serão disponibilizadas impressoras destinadas ao atendimento das demandas específicas do departamento legislativo, considerando o volume e a natureza dos documentos produzidos nesse setor.
- 4.5. Adicionalmente, a solução contempla a atualização de monitores para usuários de diversos departamentos, com o objetivo de melhorar a ergonomia, a qualidade visual e a produtividade no desempenho das atividades diárias.
- 4.6. Os gabinetes de vereadores serão contemplados com a disponibilização de equipamentos de áudio, como caixas de som, destinados a apoiar atividades que envolvam recursos multimídia, tais como apresentações, reuniões e demais ações institucionais.
- 4.7. Para atender às demandas relacionadas à comunicação e participação em atividades remotas, usuários dos departamentos Administrativo, Legislativo e Jurídico receberão headsets, possibilitando a adequada realização de cursos, reuniões virtuais e demais atividades que exijam o uso de recursos de áudio com qualidade e clareza.
- 4.8. A solução também prevê a instalação de equipamento de leitura facial na recepção, destinado ao cadastro e identificação de visitantes, contribuindo para o aprimoramento dos procedimentos de segurança e controle de acesso às dependências da Câmara.
- 4.9. Por fim, a contratação abrange a aquisição de outros equipamentos e acessórios de tecnologia da informação, que serão utilizados de forma complementar em diversas atividades institucionais, atendendo necessidades pontuais dos diferentes departamentos e assegurando o pleno funcionamento da infraestrutura tecnológica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

- 5.1.1. Deverão ser observados e integralmente atendidos os requisitos de sustentabilidade aplicáveis ao objeto da contratação, conforme detalhado nos descritivos dos respectivos itens constantes no item 2.3 deste Termo de Referência.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

- 5.2.1. As marcas e modelos indicados neste documento têm caráter meramente referencial, servindo apenas para auxiliar na identificação e melhor compreensão do objeto a ser licitado. Serão aceitas quaisquer propostas que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas para o item, em conformidade com o disposto no art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

- 5.3.1. Não há vedação de marcas ou produtos.

5.4. Da exigência de amostra

- 5.4.1. Não há exigência de amostras.

5.5. Da exigência de carta de solidariedade

- 5.5.1. Não há exigência de carta de solidariedade.

5.6. Subcontratação



5.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Não haverá exigência de garantia da contratação.

5.8. Garantia da proposta

5.8.1. Não haverá exigência de garantia da proposta.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

- 6.1.1. O prazo de entrega para o item I será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento que será encaminhada através de e-mail, em remessa única.
- 6.1.2. Para os demais itens o prazo de entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento que será encaminhada através de e-mail, em remessa única.
- 6.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.1.4. Os objetos, deverão ser entregues e acompanhados da respectiva Nota Fiscal, em dia útil no período das 08 às 11 horas ou das 13 às 16 horas, na sede do Poder Legislativo sito à Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli, nº 725 – Desmembramento Santa Clara– CEP 13295-504 Itupeva/SP.

6.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- 6.2.1. Os equipamentos ofertados, devem possuir garantia do fabricante pelo período mínimo especificado em seus descritivos técnicos.
- 6.2.2. O atendimento da garantia deve ser prestado pelo fabricante do equipamento, que poderá realizar o atendimento dos chamados através de sua rede de assistência técnica autorizada e credenciada.
- 6.2.3. O período de garantia estabelecido segue a prática usual de mercado, sendo compatível com o que é oferecido por todas as marcas e modelos de referência mencionados neste documento.
- 6.2.4. Durante o período de garantia deverão ser substituídas sem ônus, as partes ou peças defeituosas, salvo quando comprovado uso inadequado dos equipamentos.
- 6.2.5. Caso os equipamentos não possuam as garantias exigidas, a licitante deve obrigatoriamente incluir em sua proposta as garantias adicionais ou complementares necessárias para o pleno atendimento às exigências do edital.
- 6.2.6. Na ocorrência de defeitos em dispositivos de armazenamento (SSDs, HDDS, Flashdrives) dentro do prazo de garantia, estes deverão ser substituído sem custos e o dispositivo de armazenamento defeituoso deverá permanecer em posse da contratante.
- 6.2.7. A licitante que não atender às exigências de garantia e comprovações acima exigidas, será desclassificada do item.



- 6.2.8. Na entrega do equipamento será verificado junto ao suporte do fabricante, através de consulta do Número de Série dos equipamentos, se de fato constam as garantias conforme exigido neste edital, caso não conste o equipamento não será aceito.
- 6.2.9. O equipamento deverá ser entregue sem qualquer indício de violação, abertura ou intervenção física prévia, incluindo, mas não se limitando, à presença de lacres rompidos, substituídos ou com identificação da CONTRATADA ou de terceiros, sendo vedada a aceitação de equipamentos com sinais de manuseio interno ou adulteração.
- 6.2.10. A exigência estabelecida no item anterior justifica-se pela necessidade de preservação da integridade do equipamento e da manutenção da garantia junto ao fabricante, uma vez que qualquer indício de violação ou intervenção física não autorizada poderá implicar na perda da cobertura de garantia e do suporte técnico oficial.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Para os itens 2.3.2 e 2.3.3, a vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, abrangendo o período de garantia do fabricante e a respectiva garantia estendida.
- 7.3. Para os demais itens, o instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a contratação vigente pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- 7.4. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.6. **Fiscalização**
- 7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 7.6.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.6.3. O fiscal do contrato anotarás no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.6.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



- 7.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.7. **Gestor do Contrato**
- 7.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e em conformidade com o Ato da Mesa nº 713, que regulamenta as sanções e penalidades aplicáveis, ou, conforme o caso, pelo agente ou setor competente.
- 7.7.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

- 8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, pelo servidor responsável do departamento de tecnologia da informação, com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



- 8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.
- 8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.2. **Liquidação**
- 8.2.1. Recebido o Termo de Recebimento Definitivo juntamente com a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) Prazo de validade, se for o caso;
 - b) Data de emissão;
 - c) Dados do CONTRATADO e da CONTRATANTE;
 - e) Valor a pagar;
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante transferência eletrônica para conta corrente de titularidade da CONTRATADA mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, conforme dados previamente informados, ou, alternativamente, por meio de boleto bancário ou PIX.

8.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidas por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO.

9.2. Deverá constar no Edital como condição para a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar a apresentação de documentos que comprovem o atendimento dos requisitos, tais como: catálogos, manuais, fichas técnicas ou publicações oficiais e originais emitidos pelos respectivos fabricantes.

9.3. Forma de Fornecimento

9.3.1. O fornecimento será realizado por item, de forma integral, em remessa única. Não será admitida a entrega parcial de quantidades dentro de cada item.

9.4. Da Reserva de Cotas para ME/EPP

9.4.1. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, ficam destinados exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –



ME/EPP os itens IV, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX.

9.4.2. Os itens I, II, III, V e VI serão de participação ampla, podendo concorrer empresas de qualquer porte.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 128.772,29 (cento e vinte e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) conforme relatório de pesquisa anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
01.02.01.122.0001.2.027.449052 e 3.3.90.30.

Itupeva, 28 de maio 2026.

ELABORADO POR

Pedro Matai França

Técnico Legislativo / Tecnologia da Informação

APROVADO POR

Emili Fofano

Diretora Administrativa e Financeira

Marco Antonio Marchi

Presidente



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

À Câmara Municipal de Itupeva

Processo administrativo nº 13/2026

Pregão Eletrônico nº 04/2026

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ Nº _____

OBJETO: Aquisição de equipamentos e periféricos de tecnologia da informação, com fornecimento único, destinados à utilização na Câmara Municipal de Itupeva.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Workstation Móvel - Notebook (CATMAT 609382) Modelo Referência: Positivo Master N8450, equivalente ou similar.	Unidade		10		
2	Impressora Laser – Monocromática (CATMAT 462842) Modelo Referência: HP Laserjet Pro M428fdw, equivalente ou similar.	Unidade		05		
3	Impressora Laser – Colorida (CATMAT 615988) Modelo Referência: HP LaserJet Pro M479fdw, equivalente ou similar.	Unidade		01		
4	Impressora de etiquetas térmica (CATMAT 632864) Modelo Referência: Brother QL800, equivalente ou similar.	Unidade		08		
5	Scanner de mesa (ADF) (CATMAT 630258) Modelo Referência: Brother ADS-3100 Duplex, equivalente ou similar.	Unidade		03		
6	Monitor 24" Full HD (CATMAT 625673)	Unidade		08		



	Modelo Referência: Dell P2425HE, equivalente ou similar.					
7	Mouse com fio (CATMAT 451822) Modelo Referência: HP 100 Classic; Logitech M100; equivalente ou similar.	Unidade		30		
8	Fone de ouvido com microfone (CATMAT 318266) Modelo Referência: Havit HV-H2002D; Redragon H510-LT, equivalente ou similar.	Unidade		20		
9	Webcam USB Full HD (CATMAT 474995) Modelo Referência: Logitech C925E; Logitech C922, equivalente ou similar.	Unidade		04		
10	HUB USB (CATMAT 320528) Modelo Referência: Hub USB-C Goldentec 7 em 1, equivalente ou similar.	Unidade		02		
11	Pen drive 128GB (CATMAT 627327) Modelo Referência: Kingston DataTraveler Exodia DTX 128GB 3.2, equivalente ou similar.	Unidade		05		
12	Caixa de som USB (CATMAT 268749) Modelo Referência: Logitech S150, equivalente ou similar.	Unidade		20		
13	Mouse Pad (CATMAT 629169) Modelo Referência: Fortrek MPG102; Dex RY-80M, equivalente ou similar.	Unidade		20		
14	Suporte para notebook (CATMAT 602089) Modelo Referência: Fortrek FK651S, equivalente ou similar.	Unidade		14		



15	Fragmentadora de papel (CATMAT 607689) Modelo Referência: Tilibra 150X, equivalente ou similar.	Unidade		01		
16	Leitor Facial com suporte (CATMAT 443453) Modelo Referência: Intelbras SS 3532 MF W + SC 3000 UN, equivalente ou similar.	Unidade		02		
17	Adaptador Wi-Fi USB (CATMAT 429353) Modelo Referência: TP-Link Archer TX20U Nano, equivalente ou similar.	Unidade		05		
18	Álcool Isopropílico (CATMAT 382615)	Litro		02		
19	Cabo adaptador USB-C/DP (CATMAT 451860) Modelo Referência: Ugreen SKU: 5648, equivalente ou similar.	Unidade		12		

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

A empresa deverá considerar no valor mensal das despesas indiretas para a prestação dos serviços todas as despesas e encargos da mão de obra direta, supervisão, serviços administrativos, benefícios e lucro.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (escrever o valor por extenso)

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

DECLARO, que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro e lucro.

Local e data.

Nome
RG/CPF
Assinatura do Representante Legal



ANEXO III

III.1

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

[Razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) que se submete às condições estabelecidas no Edital em pauta e nos respectivos anexos e cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que não se acha inidôneo para licitar e contratar como poder público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a administração municipal, conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital.
- 2) estar enquadrada como:
 Microempresa (ME);
 Empresa de pequeno porte (EPP);
 Outras.
- 3) cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021).
- 5) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (Lei do Aprendiz).
- 6) elaborou a proposta de forma independente e atuação conforme ao marco legal anticorrupção, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.
- 7) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei Federal nº 8.213/91 e em outras normas específicas

Local e data.

Nome
RG/CPF
Assinatura do Representante Legal



ANEXO III.2

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13/2026

DADOS CADASTRAIS

- Razão Social;
- N° de inscrição no CNPJ/MF;
- Logradouro: Endereço, n°, Bairro, Município, Estado, CEP, Telefone, e-mail comercial;
- Nome completo do Proprietário, ou Sócio-Proprietário para lavratura e assinatura do contrato;
- Data de Nascimento;
- N° do Documento de Identidade (RG);
- N° Inscrição no CPF;
- Endereço Residencial;
- e-mail profissional
- e-mail pessoal;
- Telefone Residencial;
- Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal n°;
- Agência e dígito;
- Conta Corrente jurídica da empresa: n° e dígito.
- PIX



ANEXO IV

SANÇÕES E PENALIDADES

ATO DA MESA N.º 713, DE 20 DE MAIO DE 2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPEVA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. A aplicação de sanções a licitantes e contratados, por consequência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, contratações diretas (dispensas e inexigibilidades) e em outros ajustes, deverá observar as disposições gerais constante na Lei Federal n.º 14.133/2021, assim como as deste ato regulamentar.

Art. 2º. Considerando a disposição contida no artigo anterior, os atos que porventura se enquadrem nas infrações elencadas no artigo 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de Itupeva, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º. A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado, tampouco a apuração de responsabilidades cíveis ou criminais.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Art. 3º. Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, devem ser considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que provierem para Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Art. 4º. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que o licitante ou contratado der causa à inexecução parcial do contrato ou outro instrumento equivalente, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

Art. 5º. A sanção de multa será aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo calculada na forma do edital, do contrato ou do instrumento equivalente e não poderá ser



inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou outro instrumento equivalente.

Art. 6º. O atraso injustificado na apresentação dos documentos exigidos na fase de habilitação, especialmente após solicitação ou convocação da Administração, poderá ensejar as seguintes sanções:

I – Advertência, na primeira ocorrência, quando não houver prejuízo significativo ao andamento do certame;

II – Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor estimado da contratação, nos termos do instrumento convocatório, quando o atraso comprometer a regularidade da sessão;

III – Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de Itupeva, por até 3 (três) anos, em caso de reincidência ou dolo comprovado.

Parágrafo único. O licitante será previamente notificado para apresentar justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 7º. A solicitação de desclassificação da proposta, por parte do licitante, após o encerramento da fase de lances, sem justificativa técnica ou jurídica plausível, poderá ser considerada conduta lesiva ao certame, sujeitando o responsável às penalidades previstas neste Ato.

§1º. Não serão aceitas as seguintes justificativas:

I – Dificuldade operacional ou desinteresse comercial manifestado após a disputa;

II – Tentativa de manipulação da ordem de classificação ou de favorecimento a terceiro;

III – Alegação genérica de ausência de tempo hábil para reunir documentos que já eram de conhecimento prévio no edital;

IV – Suposta ausência momentânea de representante legal ou técnico, sem comprovação de impedimento relevante;

V – Indisponibilidade financeira do licitante, informada somente após o encerramento da fase de lances;

VI – Mudança de estratégia comercial ou decisão empresarial interna ocorrida após o término da disputa; e

VII – Intenção de evitar obrigações decorrentes de preferências legais (ex.: empate fictício, reserva de cotas), sem fundamento jurídico válido.

§2º. A penalidade aplicável a desclassificação da proposta será:

I – Advertência, em caso de primeira ocorrência, sem impacto relevante;

II – Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado da contratação;

III – Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de Itupeva, por até 3 (três) anos, conforme análise da gravidade e da intencionalidade da conduta do licitante.

§3º. A desistência da proposta vencedora, sem causa legal ou fática justificada, poderá ser presumida como conduta de má-fé ou prática protelatória, sujeitando o licitante à aplicação das sanções cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará o contratado, além da multa compensatória, à multa de mora calculada sobre o valor



da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso.

Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

Art. 9º. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste ato.

Art. 10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Art. 11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, além de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de Itupeva, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Art. 12. A Câmara poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 25 (vinte e cinco) UFESPs - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidônea Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 13. Os bens não aceitos, as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Câmara, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º. O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º. A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesse Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Art. 14. A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de Itupeva será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 15. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade



mais grave que a sanção referida no art. 14 deste Ato, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º. A sanção estabelecida nos artigos 14 e 15 deste Ato, será precedida obrigatoriamente de análise da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Itupeva.

§ 2º. Para os fins do inciso X do artigo 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

Art. 16. A instauração de processo sancionatório se dará por despacho do titular da Diretoria Administrativa, de ofício ou em decorrência de comunicação devidamente instruída e fundamentada:

I - Do agente de contratação, caso a infração seja cometida antes da assinatura do contrato;

II - Do gestor de contratos ou por quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, caso ocorra após a assinatura do contrato;

§ 1º. Instaurado o processo administrativo, deverão a ele ser juntados:

I – O despacho de instauração, com a respectiva comunicação de infração, devidamente assinados;

II – Edital e seus anexos;

II – Contrato, nota de empenho, ata de registro de preços ou outro documento comprobatório da contratação;

III – Outros documentos pertinentes ao caso.

§ 2º. O agente de contratação, gestor do contrato ou fiscal do contrato, prestará todas as informações e auxiliará a comissão de processo de responsabilização ou o agente público competente para a aplicação de sanções administrativas;

§ 3º. A comunicação deverá ser assinada e juntada por cópia ao processo de licitação ou contratação direta;

§ 4º. Quando a possível sanção for a aplicação de multa, o processo deverá ser instruído com o cálculo do correspondente valor, feito pelo setor de contabilidade, informando se há eventuais valores ou saldos a pagar à contratada, para possível compensação na forma da lei;

§ 5º. Os emitentes das garantias exigidas no contrato se for o caso, deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 17. O processo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores efetivos do quadro de pessoal, indicados pela Diretoria Administrativa, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e elaborará relatório conclusivo.

§ 1º. A comissão será nomeada por Portaria expedida pela Presidência da Câmara Municipal.

§ 2º. A comissão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



§ 2º. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

§ 3º. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 4º. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 5º. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório conclusivo, indicando as penalidades cabíveis ao caso.

Ar. 18. O relatório conclusivo, que será encaminhado ao titular da Diretoria Administrativa, a quem compete:

I - Aplicar a sanção de advertência e multa, ouvida, se o caso, a Procuradoria Jurídica;

II - Encaminhar o processo à Presidência da Casa, autoridade competente para aplicação da sanção de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar, ouvindo-se previamente a Procuradoria Jurídica, nos termos do art. 15, § 1º. deste Ato.

Parágrafo único – No caso de conclusão pela aplicação cumulativa de penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo, o processo será encaminhado à Presidência, a quem competirá decidir quanto à imputação das penalidades a serem aplicadas.

Art. 19. Da decisão da Diretoria Administrativa que aplicar as sanções de advertência ou multa, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º. O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá proferir decisão de mérito para reconsiderar ou manter a decisão recorrida;

§ 2º. Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à Presidência, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

Art. 20. Da decisão da autoridade competente que aplicar a sanção de inidoneidade ou de impedimento para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, e decidido no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Art. 21. A imposição das sanções previstas no presente ato não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a esta Casa de Leis, quando o caso.

Art. 22. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Art. 23. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será enviada ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.



Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Municipal, por 2 (duas) vezes consecutivas.

Art. 24. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas cabíveis para a inscrição do débito na Dívida Ativa para cobrança judicial.

Art. 25. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Art. 27. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

Art. 28. Independentemente da instauração de processo sancionatório, a Diretoria Administrativa poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato ou instrumento equivalente, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 29. Aplica-se na contagem dos prazos previstos neste ato o disposto no artigo 183 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 30. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, e nos respectivos cadastros existentes como Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis contados da data da aplicação da sanção.

Art. 31. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, os seguintes quesitos:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 32. Os casos omissos serão solucionados pela Presidência, após ouvida a Procuradoria Jurídica.

Art. 33. Fica revogado o Ato da Mesa nº. 689, de 07 de fevereiro de 2024.

Art. 34. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itupeva, aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.

((MARCO ANTONIO MARCHI))

Presidente

((JOSI MOURA))

1ª Secretária

Registrado e Publicado na Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Itupeva, Estado de São Paulo, aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.

((EMILI FOFANO))

Diretora Administrativa e Financeira



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO nº /2026

Pregão Eletrônico nº 04/2026

Processo Administrativo nº 13/2026

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO
ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE
ITUPEVA E -----.

A Câmara Municipal de Itupeva, com sede na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli, nº 725, bairro Desmembramento Santa Clara, na cidade de Itupeva/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 54.689.336/0001-32, neste ato representado pelo seu Presidente Marco Antonio Marchi, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 21.460.545-0 e do C.P.F. nº 256.747.278-99 doravante denominada Contratante, e a -----, inscrita no CNPJ/MF sob o nº -----, sediada na -----, nº ----- - ----- - -----/--- - Cep: ----- doravante designada Contratada, neste ato representada por -----, portador da Cédula de Identidade R.G. nº ----- e do C.P.F. nº -----, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos e periféricos de tecnologia da informação, com fornecimento único, destinados à utilização na Câmara Municipal de Itupeva, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital;

1.2.3. A Proposta de -- de ----- de 2026 da Contratada; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE.

3.2. A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Itupeva, localizada na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli, nº 725, Desmembramento Santa Clara, CEP 13295-504, Itupeva/SP, em dias úteis, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

3.3. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, originais de fábrica, entregues em suas embalagens originais lacradas e acompanhados de todos os acessórios, cabos, manuais e demais componentes necessários ao seu perfeito funcionamento.

3.4. Não serão aceitos equipamentos usados, reconicionados, remanufaturados, reciclados, de mostruário ou que tenham sofrido qualquer tipo de adaptação ou modificação.

3.5. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.6. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência quantitativa dos equipamentos e da documentação que os acompanha.

3.7. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e deste Contrato.

3.8. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações exigidas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação da CONTRATANTE.

3.9. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, antes do término do prazo originalmente fixado, os motivos que impossibilitam o cumprimento da obrigação, para análise quanto à eventual prorrogação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.10. A simples entrega dos equipamentos não caracteriza sua aceitação definitiva, que somente ocorrerá após a verificação do atendimento integral às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO

4.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos itens e verificação das condições aparentes dos produtos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

4.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos equipamentos, nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, quantidade e conformidade dos bens fornecidos.



4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do atendimento integral às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta comercial e deste Contrato.

4.4. A CONTRATANTE poderá realizar testes, inspeções, consultas aos fabricantes e demais verificações que entender necessárias para comprovar a conformidade dos equipamentos entregues.

4.5. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas exigidas ou apresentarem defeitos, vícios, avarias, incompatibilidades ou qualquer outra irregularidade.

4.6. Na hipótese de rejeição, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos equipamentos recusados, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE.

4.7. A substituição dos equipamentos rejeitados não eximirá a CONTRATADA da aplicação das penalidades cabíveis, quando caracterizado descumprimento contratual.

4.8. Caso os equipamentos substituídos também não atendam às exigências contratuais, a CONTRATANTE poderá rejeitá-los novamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

4.9. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação ou problemas constatados durante o período de garantia, nos termos da legislação aplicável e das disposições deste Contrato.

4.10. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou documento equivalente constituirá condição para o início da contagem dos prazos relacionados à garantia dos equipamentos, observadas as disposições previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em parcela única, por meio de transferência bancária, na agência e conta corrente em nome da empresa no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal indicada pela Contratada ou boleto bancário ou PIX.

5.2. O prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da liquidação da despesa.

5.3. No caso de atraso imputável à Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo índice IPCA.

5.4. O pagamento estará condicionado à apresentação da Nota Fiscal e à comprovação da regularidade fiscal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Haverá retenção dos tributos conforme a legislação vigente, ressalvadas as hipóteses de tratamento diferenciado previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

5.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1. o prazo de validade; (se for o caso);



- 5.6.2. a data da emissão;
- 5.6.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.6.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.6.5. a quantidade e o valor a pagar; e
- 5.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SETIMA - PREÇO

7.1. O valor da prestação do serviço a ser fornecido pela Contratada é o indicado no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Workstation Móvel - Notebook (CATMAT 609382) Modelo Referência: Positivo Master N8450, equivalente ou similar.	Unidade		5	R\$	R\$
2	Impressora Laser – Monocromática (CATMAT 462842) Modelo Referência: HP Laserjet Pro M428fdw, equivalente ou similar.	Unidade		1	R\$	R\$

7.2. O valor total do contrato é de R\$ ----- (-----).

7.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

8.2. A Contratada poderá solicitar a atualização dos preços ao término de cada período completo de 12 (doze) meses, utilizando o mês de apresentação da proposta como data base,



com reajuste baseado no índice IPCA, desde que o faça por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e deste Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade, defeito, falha ou desconformidade verificada nos equipamentos fornecidos, fixando prazo para sua correção ou substituição.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por meio de servidor ou comissão formalmente designada, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas à sua execução.

9.5. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

9.6. Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, quando necessário à execução dos serviços de garantia, manutenção ou substituição dos equipamentos, observadas as normas internas de segurança e funcionamento.

9.7. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação aplicável.



9.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.9. Formalizar e registrar os chamados técnicos relacionados à garantia dos equipamentos, informando à CONTRATADA as ocorrências constatadas e acompanhando sua solução.

9.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada ou neste Contrato.

9.11. Zelar pela adequada utilização dos equipamentos fornecidos, observando as orientações constantes dos manuais do fabricante e as condições de uso recomendadas.

9.12. Comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer defeito ou falha de funcionamento constatado durante o período de garantia, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Fornecer os equipamentos objeto deste Contrato em estrita conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação aplicável.

10.2. Entregar os equipamentos novos, sem uso, originais de fábrica, em linha normal de produção, devidamente acondicionados em embalagens originais lacradas e acompanhados de todos os acessórios, cabos, manuais e demais componentes necessários ao seu perfeito funcionamento.

10.3. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos neste Contrato, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes do transporte, carga, descarga, seguro e demais despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos.

10.4. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, os equipamentos recusados pela CONTRATANTE em razão de defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.

10.5. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, segurança e desempenho dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer danos decorrentes de defeitos de fabricação ou falhas dos produtos.

10.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

10.7. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto contratual.



10.8. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas neste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, observada a legislação aplicável.

10.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de fabricação, transporte ou fornecimento.

10.10. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do Contrato, não gerando qualquer vínculo de natureza trabalhista entre seus empregados e a CONTRATANTE.

10.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

10.12. Garantir a procedência lícita dos equipamentos fornecidos e assegurar que estes não violam direitos de propriedade intelectual, industrial ou comercial de terceiros.

10.13. Fornecer suporte e atendimento durante todo o período de garantia previsto neste Contrato e no Termo de Referência.

10.14. Disponibilizar canal de atendimento para registro e acompanhamento de chamados técnicos relacionados à garantia dos equipamentos.

10.15. Atender aos chamados técnicos registrados pela CONTRATANTE no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação da ocorrência.

10.16. Promover a correção dos defeitos cobertos pela garantia sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, incluindo mão de obra, peças, componentes, transporte e demais despesas necessárias.

10.17. Caso não seja possível sanar o defeito no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, substituir temporária ou definitivamente o equipamento por outro de características equivalentes ou superiores, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

10.18. Manter sigilo sobre informações, documentos e dados aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo divulgá-los ou utilizá-los para finalidade diversa daquela prevista neste Contrato.

10.19. Observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis à execução do objeto contratado.

10.20. Cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, ainda que não expressamente reproduzidas neste Contrato, integrando-o para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

11.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.9. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



11.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

12.1. Os equipamentos objeto deste Contrato deverão possuir garantia total mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

12.2. A garantia será composta por 12 (doze) meses de garantia do fabricante e 24 (vinte e quatro) meses de garantia complementar prestada diretamente pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

12.3. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável pela correção de defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, substituição de peças, componentes e demais providências necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

12.4. A garantia deverá abranger todos os componentes dos equipamentos fornecidos, incluindo peças, acessórios, mão de obra, deslocamentos, transporte e demais despesas necessárias à execução dos serviços de reparo ou substituição.

12.5. A CONTRATANTE poderá registrar chamados técnicos por telefone, correio eletrônico, sistema eletrônico ou outro canal disponibilizado pela CONTRATADA.

12.6. A CONTRATADA deverá acusar o recebimento do chamado técnico em até 1 (um) dia útil e iniciar o atendimento em até 2 (dois) dias úteis, contados da abertura do chamado.

12.7. O defeito ou falha constatado deverá ser solucionado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico.

12.8. Não sendo possível a solução definitiva dentro do prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento defeituoso por outro de



características equivalentes ou superiores, em perfeito estado de funcionamento, até a conclusão do reparo.

12.9. Todas as despesas decorrentes da execução da garantia correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, inclusive transporte, retirada, entrega, substituição de peças e equipamentos, mão de obra e demais custos necessários.

12.10. A substituição temporária ou definitiva de equipamentos e componentes não implicará qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

12.11. O período em que o equipamento permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado para fins de encerramento da cobertura, ficando o prazo de garantia automaticamente prorrogado pelo período correspondente à indisponibilidade.

12.12. A garantia não abrangerá danos decorrentes de uso inadequado, acidentes, negligência, imperícia, modificações não autorizadas ou eventos causados exclusivamente por terceiros, desde que devidamente comprovados pela CONTRATADA.

12.13. A prestação da garantia prevista nesta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos eventualmente constatados, nos termos da legislação civil e administrativa aplicável.

12.14. O descumprimento das obrigações de garantia previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste Contrato, no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa:

- I. Multa compensatória por inexecução total: entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, de acordo com as especificidades da contratação pretendida, especialmente o nível de sua relevância e o valor estimado;
- II. Multa compensatória por inexecução parcial: a partir do percentual fixado nos termos do inciso I deste artigo, será aplicada de forma proporcional, em termos de valor e/ou quantidade, à obrigação inadimplida;
- III. Multa moratória por atraso injustificado na execução do contrato calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:
 - a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
 - b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;
 - c) após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e também o disposto no Ato da Mesa nº 713/2025.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.02.01.122.0001.2.027. 449052 e 3.3.90.30.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica da Contratante.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itupeva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itupeva, de _____ de 2026

Marco Antonio Marchi
Presidente

Contratada
Representante Legal
RG
CPF
Telefone ()
E-mail profissional:
E-mail pessoal:

TESTEMUNHAS:

1-Nome:

2-Nome:

RG:

RG:



ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itupeva

CONTRATADO:

EMPENHO N°:

OBJETO: aquisição de equipamentos e periféricos de tecnologia da informação, com fornecimento único, destinados à utilização na Câmara Municipal de Itupeva.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Itupeva, ____ de _____ de 2026



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE; RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO; ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE:

Pela Contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal de Contrato

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____